

Luciane Stochero^a Michelle Bernardino^a Liana Wernersbach Pinto^a 

^aFundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Contato:

Liana Wernersbach Pinto

E-mail:

liana.wernersbach@fiocruz.br

Como citar (Vancouver):

Stochero L, Bernardino M, Pinto LW. “Essa dor que você sente é falta de serviço”: interseções da violência e trabalho no cotidiano de mulheres que vivem em áreas rurais. Rev Bras Saude Ocup [Internet]. 2026;51:edgt5. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2317-6369/16225pt2026v51edgt5>



“Essa dor que você sente é falta de serviço”: interseções da violência e trabalho no cotidiano de mulheres que vivem em áreas rurais

“This pain you feel is a lack of work”: intersections of violence and work in the daily lives of women living in rural areas

Resumo

Objetivo: Analisar as interseções entre violência e trabalho no cotidiano de mulheres que vivem em áreas rurais. **Métodos:** Estudo qualitativo ancorado no método Histórias de Vida, realizado em dois municípios pequenos do Rio Grande do Sul, em 2022, com mulheres ≥ 18 anos que residiram a maior parte da vida em áreas rurais. Entre as 29 entrevistas realizadas, selecionaram-se cinco, em razão da densidade temática e riqueza narrativa sobre trabalho e violência. Adotou-se a análise temática combinando codificação indutiva, orientada pelos dados, e codificação dedutiva, guiada por referenciais teóricos. **Resultados:** Observou-se a invisibilidade da dor das mulheres, decorrente da falta de reconhecimento de seu trabalho, o que reforça a dependência econômica e restringe suas escolhas. As violências são utilizadas como mecanismo de controle, manutenção, dominação e exploração do trabalho feminino. Assim, o parceiro mantém a esposa sob ameaça e isolada socialmente, gerando para si força de trabalho e capital. Ao ficar doente, a mulher tem sua dor desvalorizada, num abandono de cuidados e de afeto. **Conclusão:** A intersecção entre trabalho e violência produz sobrecarga e exploração das mulheres rurais, repercutindo negativamente na saúde física, emocional e reprodutiva. O sofrimento é agravado por relações abusivas e barreiras no acesso aos serviços de saúde.

Palavras-chave: Violência contra a Mulher; Violência de Gênero; Mulheres Trabalhadoras; Área Rural; Saúde do Trabalhador.

Abstract

Objective: To analyze the intersections between violence and work in the daily lives of women living in rural areas. **Methods:** A qualitative study based on the Life Stories method, carried out in two small municipalities in Rio Grande do Sul, in 2022, with women ≥ 18 years old who had lived most of their lives in rural areas. Of the 29 interviews conducted, five were selected because of their thematic density and rich narratives about work and violence. Thematic analysis was adopted, combining inductive coding, guided by the data, and deductive coding, guided by theoretical references. **Results:** The invisibility of women's pain was observed, stemming from the lack of recognition of their work, which reinforces economic dependence and restricts their choices. Violence is used as a mechanism for control, maintenance, domination and exploitation of women's work. In this way, the partner keeps the wife under threat and socially isolated, generating labor power and capital for himself. When a woman becomes ill, her pain is devalued, in an abandonment of care and affection. **Conclusion:** The intersection between work and violence produces an overload and exploitation of rural women, with negative repercussions on their physical, emotional and reproductive health. Suffering is aggravated by abusive relationships and barriers to accessing health services.

Keywords: Violence Against Women ; Gender Violence; Women Workers; Rural Area; Workers' Health.

Introdução

A divisão sexual do trabalho se deu por um processo de construção histórico-social, separando-o em produtivo e reprodutivo. O trabalho produtivo, associado à geração de capital, consolidou-se como um espaço predominantemente masculino. Já o reprodutivo, relegado às mulheres, ficou entendido como não gerador de capital, principalmente as tarefas domésticas e de cuidado¹. Essa divisão, além de diferenciar o trabalho masculino e feminino, gerou desigualdades entre homens e mulheres pertencentes à mesma classe social. Com as conquistas feministas, as mulheres se inseriram no mundo econômico, porém ainda recai sobre elas a responsabilidade primeira do trabalho doméstico e de cuidados².

Na lógica capitalista, as tarefas domésticas realizadas pelas mulheres são reconhecidas como reprodutivas e que não geram lucro direto para o sistema. Essa desvalorização contribui para a sua negação enquanto trabalho legítimo, sendo frequentemente romantizadas como expressões de afeto ou dever moral³. Além disso, as tarefas domésticas são invisibilizadas, desvalorizadas, repetitivas e exaustivas, sendo percebidas apenas quando a mulher deixa de fazê-las⁴.

Os trabalhos exercidos em áreas rurais não fogem dessa lógica, mas ganham mais nuance e complexidade, dado que o local de trabalho também é a residência. Segundo Brumer⁵, o trabalho feminino no contexto rural tem como base a divisão sexual entre as atividades domésticas e de lavoura. Conforme a autora, o trabalho realizado pelas mulheres é caracterizado por atividades domésticas, de cuidado (filhos, idosos, pessoas com deficiência, doentes), abrangendo atividades de manutenção da propriedade, como o cuidado com pequenos animais, hortas, pomares, entre outros. Em conjunto com essas atividades, o trabalho realizado ao lado dos companheiros é frequentemente desvalorizado e compreendido apenas como “ajuda”. Assim, as mulheres não participam da gestão da propriedade, compra e venda dos produtos, entre outros.

Para as mulheres que vivem em áreas rurais, as atividades de reprodução, produção e cuidados não têm um horário definido para começar e terminar; são trabalhos contínuos, realizados muitas vezes de forma sobreposta, como ter um filho no colo enquanto cozinha e fala para o idoso que chegou a hora de tomar o remédio. Por vezes, as mulheres precisam levar os filhos pequenos para a lavoura e abrigá-los numa sombra aos cuidados dos irmãos mais velhos. Ao regressar para casa, elas ainda precisam dar conta de todas as tarefas que ficaram e foram se acumulando ao longo do dia, enquanto o marido descansa^{6,7}.

A maioria das mulheres que vivem em áreas rurais têm uma jornada de trabalho tão intensa que são impedidas de descansar, refletir, estudar, se organizar coletivamente, entender que seu trabalho também gera renda e que podem exercer seus direitos sociais. Dessa forma, evidenciam-se ainda mais as assimetrias de poder entre homens e mulheres, privilegiando o poder masculino e tornando-se uma violência profunda e estrutural⁸.

A opressão e a violência contra as mulheres estão profundamente enraizadas nas estruturas patriarcais, constituindo-se como produto de um processo histórico que naturalizou a desigualdade de gênero e legitimou práticas de dominação e silenciamento das mulheres⁹. A violência contra mulheres em áreas rurais manifesta-se de forma multifacetada, abrangendo agressões físicas, psicológicas, sexuais, morais e patrimoniais¹⁰. Para além dessas expressões mais reconhecidas, outras formas de opressão também se fazem presentes, como a sobrecarga de trabalho, a exclusão dos processos decisórios relacionados à propriedade, a falta de documentos e de autonomia econômica. A confluência desses elementos concorre para o apagamento e a invisibilidade do trabalho das mulheres rurais, comprometendo o exercício de seus direitos sociais, como a aposentadoria^{9,11}. Nesse sentido, as fronteiras entre a vida laboral e pessoal das mulheres mostram-se difusas, não somente pelo trabalho doméstico e de cuidados, mas por se encarregar das atividades rurais. A ausência de uma distinção entre os espaços “dentro” e “fora” do trabalho amplia o impacto dos problemas de saúde, intrinsecamente relacionados às condições de vida e trabalho. Essas condições são marcadas pela exposição a agrotóxicos, à radiação solar, a acidentes laborais e a longas jornadas, produzindo riscos e agravos à saúde física, psicológica e reprodutiva. Esse quadro é agravado por diferentes formas de violência, bem como por barreiras no acesso à informação e aos serviços de saúde¹².

Diante do exposto, o objetivo do artigo é analisar as interseções entre violência e trabalho no cotidiano de mulheres que vivem em áreas rurais.

Métodos

Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa orientado pelos princípios do Método História de Vida. Esse método não tem a função de fornecer um quadro real e verdadeiro de um passado próximo ou distante, mas sim uma experiência concreta de uma vivência específica¹³. Conforme Becker¹⁴, a história de vida é como a “*imagem de um mosaico*”, no qual cada peça acrescentada contribui um pouco para a compreensão do todo, levando em conta a diversidade, pois “*diferentes fragmentos contribuem diferentemente para nossa compreensão: alguns são úteis por sua cor, outros porque realçam os contornos de um objeto*” (p.104)¹⁴.

O estudo foi realizado em dois municípios de pequeno porte pertencentes à 12ª Coordenadoria Regional de Saúde do Rio Grande do Sul, ambos com população em torno de sete mil habitantes e aproximadamente 48% da população vivendo na zona rural. A escolha desses locais esteve relacionada à proximidade da pesquisadora principal com o território, uma vez que é originária da região, o que favoreceu o estabelecimento de diálogo com os secretários municipais de saúde, as Agentes Comunitárias de Saúde (ACS) e informantes-chave, além de facilitar os deslocamentos nas áreas rurais. Ressalta-se que as distâncias entre o centro urbano e as zonas rurais variavam de dois a 45 km, com acesso realizado exclusivamente por estradas de terra. A pesquisadora que foi a campo tem formação na área da saúde coletiva, com experiência em coordenação de pesquisa de campo.

A pesquisa foi apoiada pelas Secretarias Municipais de Saúde (SMS) e contou com a colaboração das ACS e uma mulher líder comunitária para a busca de participantes e diálogo com as mulheres. A pesquisadora realizou reuniões sobre o projeto com as ACS e a líder comunitária e, posteriormente, agendou datas para acompanhá-las nas visitas domiciliares de rotina, ocasião em que as mulheres foram convidadas a participar da pesquisa. Assim, o tipo de amostra foi por conveniência.

As entrevistas foram realizadas no domicílio das mulheres, enquanto estavam sozinhas. Foi utilizado um roteiro norteador, que contemplou os seguintes temas: 1) história da infância, adolescência e vida adulta; 2) experiências relacionadas à violência em algum momento da vida; 3) considerações acerca de como os acontecimentos podem ter afetado a vida; 4) apoio para lidar com a situação de violência; e 5) informações sociodemográficas. O roteiro passou por teste-piloto antes de iniciar as entrevistas.

Todo o material empírico foi registrado em áudio e posteriormente transcrito integralmente. Foram realizadas 29 entrevistas com duração média de 45 minutos. A pesquisa ocorreu entre os meses de setembro e outubro de 2022. Após cada entrevista, foram registradas as impressões no diário de campo.

Após a finalização da pesquisa, foi entregue para as SMS, ACS e líder comunitária um Sumário Executivo contendo a síntese dos resultados. Alguns exemplares foram deixados para que as ACS os distribuíssem às mulheres interessadas.

Para a composição deste artigo, foram selecionadas cinco entrevistas em função da densidade temática e da riqueza narrativa relativas às vivências de trabalho e violência, temas que emergiram espontaneamente nos relatos das mulheres e que se destacaram em relação ao conjunto do material empírico.

Foi adotada a análise temática proposta por Braum e Clarke¹⁵, combinando codificação indutiva, orientada pelos dados, e codificação dedutiva, guiada por referenciais teóricos. As informações obtidas nas entrevistas foram inicialmente organizadas em códigos descritivos, os quais permitiram a identificação de unidades de sentido. Esses códigos foram, então, agrupados em subtemas que compartilhavam significados comuns e, posteriormente, reunidos em dois temas centrais, capazes de expressar interpretações mais amplas e aprofundadas dos dados analisados. O primeiro tema aborda as invisibilidades e falta de reconhecimento do trabalho feminino rural. Já o segundo aborda a violência doméstica como mecanismo de controle e manutenção do trabalho feminino no contexto rural.

As entrevistas foram codificadas com a letra “E” seguida de números (E1, E2...) a fim de preservar o anonimato das entrevistadas. A letra “E” remete a Elizabeth Teixeira, liderança camponesa paraibana cuja trajetória é marcada pela resistência às estruturas do latifúndio, à violência, às perdas e ao distanciamento familiar. Elizabeth

se consolidou como símbolo da resistência feminina rural e contribuiu para a ampliação da participação das mulheres em espaços de liderança e na reivindicação do direito de viver e trabalhar na terra.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fiocruz, em 9 de maio de 2022 sob parecer número 5.395.759. Todas as participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Resultados

As entrevistadas tinham entre 48 e 69 anos de idade, três da raça/cor da pele branca e duas pardas, quatro tinham o ensino fundamental incompleto, e uma concluiu o ensino médio recentemente. Duas eram casadas, sendo que uma estava no seu segundo casamento. As demais eram divorciadas e todas tinham filhos. As mulheres moravam entre quatro e 18 quilômetros de distância do centro da cidade e ao serem perguntadas sobre a profissão, quatro se declararam como agricultoras e uma como trabalhadora rural. Todas tinham o bloco de produtora rural^b, sozinha ou em conjunto com o esposo. Duas moravam em terras compradas com recursos próprios, uma nas terras pertencentes ao filho e outras duas em terras de assentamento da reforma agrária do estado, ainda sem a documentação de propriedade, mas com carta de anuência para uso da terra. Três eram aposentadas rurais (**Quadro 1**).

Quadro 1 Características das mulheres entrevistadas que vivem em áreas rurais

Id	Características
E1	58 anos de idade, autodeclarou-se branca, estudou até a 7ª série do ensino fundamental, casada há 41 anos e teve dois filhos. Morava a 4 km do centro da cidade em terras próprias, recebia aposentadoria rural e vendia excedentes da sua produção de horticultura.
E2	54 anos de idade, autodeclarou-se parda, estudou até a 6ª série do ensino fundamental, separada há 13 anos e teve quatro filhos. Morava a 4 km do centro da cidade em terras próprias, recebia auxílio financeiro do governo e trabalhava de diarista.
E3	48 anos de idade, autodeclarou-se branca, concluiu o ensino médio (tinha o ensino fundamental incompleto e continuou os estudos depois que se separou), fazia 15 anos que estava divorciada e atualmente estava casada, teve dois filhos do primeiro casamento. Morava a 15 km do centro da cidade, em terra de assentamento do estado, ainda aguardando a documentação final de propriedade do terreno. Recebia auxílio financeiro do trabalho no sindicato e realizava plantio de subsistência.
E4	69 anos de idade, autodeclarou-se parda, estudou até a 4ª série do ensino fundamental, separada há 21 anos e teve três filhos. Morava a 18 km do centro da cidade, em terras do filho, recebia aposentadoria rural e contava com o auxílio financeiro do filho.
E5	58 anos de idade, autodeclarou-se branca, estudou até a 5ª série do ensino fundamental, separada há seis anos e teve três filhos. Morava a 13 km do centro da cidade em terra do assentamento pertencente ao irmão e recebia aposentadoria rural.

Fonte: Elaborado pelas autoras.

O mapa temático ilustra a organização dos temas e subtemas que compõem os resultados desenvolvidos a seguir. O formato quadrado representa os temas e o círculo, os subtemas (Figura 1).

^b Documento fiscal para registrar a venda de produtos agropecuários.

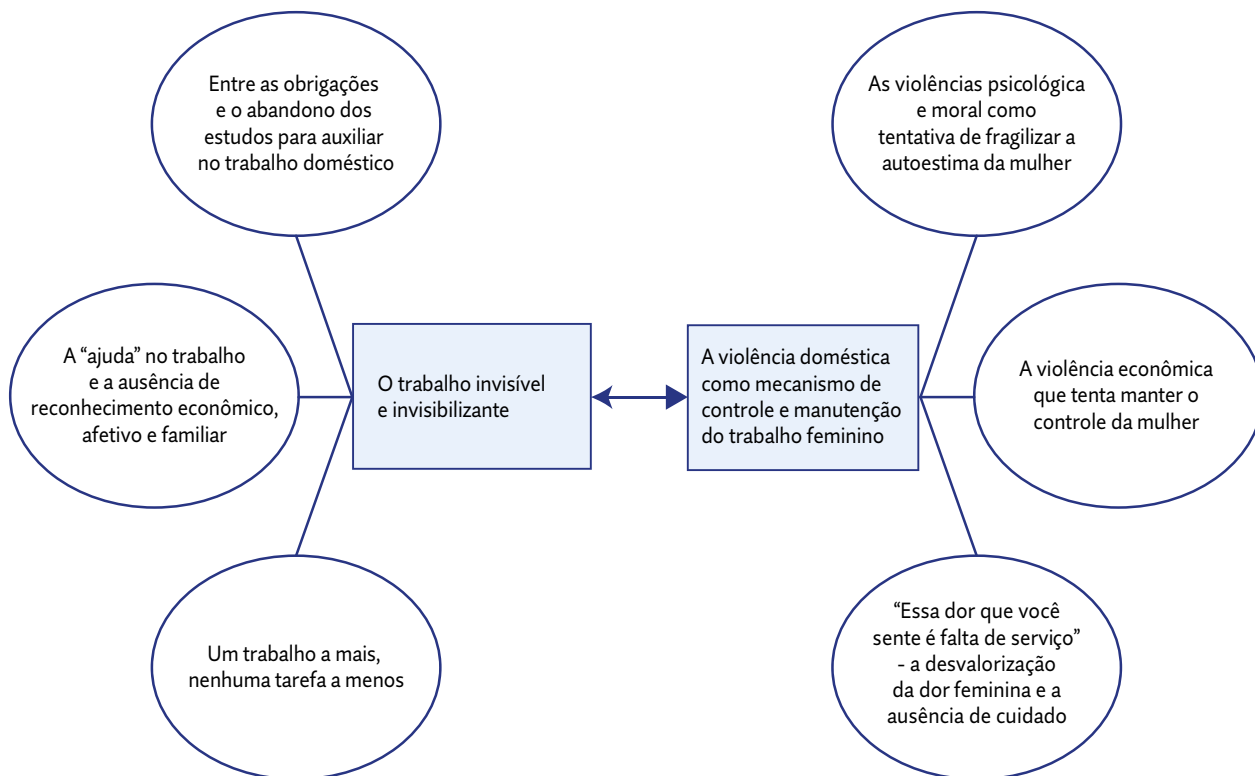


Figura 1 Mapa temático com os temas e subtemas das análises
Fonte: Elaborada pelas autoras.

Tema 1: O trabalho invisível e invisibilizante

Entre as obrigações e o abandono dos estudos para auxiliar no trabalho doméstico

As entrevistadas relataram a limitação econômica da família, a necessidade de colaborar desde a infância nos trabalhos familiares e as dificuldades de prosseguir nos estudos:

Na época eu devia ter uns seis para sete anos, eu já varria casa, já ajudava a fazer comida, tinha que ajudar. (...) com 12 anos fui trabalhar de doméstica. As outras empregadas, se elas ganhavam 150, eu ganhava, tipo assim, 50 por mês. Eu era explorada (E1).

Estudei até a sexta série, daí tive que parar pra trabalhar pra comprar as coisas, ajudar a mãe (E2).

Outro aspecto que influenciou o abandono escolar foram as distâncias e condições para se chegar na escola:

eu morava em campanha, era difícil, vizinho era difícil, o colégio era difícil, (...) E meus pais eram muito pobres. (...) A gente até tinha sestro [receio] de viver no público (...) fomos crescendo e fomos num colégio, 30 quilômetros a cavalo. Encilhava o cavalo de madrugada (...) nós chegava em casa meia tarde, daí nós ia almoçar (...) ia ajudar a mãe nos dever. No outro dia aquilo tudo de novo, com chuva, com vento, com sol quente, de tudo um pouco, passando fome (...) Então a gente não teve grande estudo, nós não temos grande estudo, porque não deu, tinha, não tinha como (E4).

A “ajuda” no trabalho e a ausência de reconhecimento econômico, afetivo e familiar

Já na vida adulta, casadas, as mulheres continuaram assumindo todos os trabalhos domésticos, de cuidados e de “ajudas”, porém agora também nos trabalhos do campo:

eu trabalhava, eu ajudava a plantar, eu trabalhava na lavoura, eu cuidava da horta, tirava leite, tudo, ia na lavoura plantar soja. De manhã ficava em casa com os filhos, fazia almoço para o marido, cunhado e filho e lavava roupa na mão. Tudo. Daí depois, de tarde, eu ia para lavoura, plantava a tarde toda. Aí, quando dava cinco horas [da tarde], ia para casa, que as crianças chegavam da escola, e daí tinha vaca para dar água, tirar leite, fazer janta, dar banho nas crianças, tudo assim (E1).

Acrescido às atividades laborais conjuntamente com o parceiro no campo e demais afazeres, ainda era responsabilidade de uma das entrevistadas o cuidado com os cunhados que moravam junto com o casal. Porém essa tarefa não era reconhecida economicamente e nem afetivamente, mas como fazendo parte de suas atribuições, mesmo que a sobrecarregasse:

Por exemplo, que nem eu, ficava em casa, trabalhava, tinha os cunhados que moravam junto. Nunca me disseram “muito obrigado” pelos anos que eu lavei, cozinhei, passei, lavava até os calçados deles. E eu acho, assim, uma violência contra a mulher (E1).

A falta de reconhecimento do trabalho rural feminino impacta a vida das mulheres, as alija de ter autonomia econômica e o cuidado de si, revelando sentimentos de anulação, de inexistência econômica. Essa violência econômica evidencia a desvalorização e a apropriação do trabalho feminino na estrutura conjugal e produtiva, sobrecarregando física e emocionalmente as mulheres:

e a questão financeira é uma violência. A mulher não tem dinheiro! Porque eu ia na lavoura, trabalhava, fazia comida, eu dizia pro meu marido, quando terminava a colheita, me dá assim uns 50 sacos de soja para mim comprar alguma coisa. Nunca me deu. Porque daí eu também trabalhava com mais vontade. Nunca. Era sempre zerado. Aquele dinheirinho para tu comprar uma roupa, alguma coisa. Afeta muito (E1).

Um trabalho a mais, nenhuma tarefa a menos

As entrevistadas relataram suas trajetórias na busca de independência econômica e como foram, ao longo do tempo, buscando alternativas. Mas ter um “trabalho extra” que trouxesse rentabilidade para si e para toda a família significava mais uma tarefa, pois precisava ainda “dar conta” do que lhe era atribuído como tarefas domésticas:

Daí chegou um período da vida assim, que eu achava, assim que me fazia muita falta o dinheiro, porque eu não tinha. Eu queria comprar uma coisa, não tinha nunca. (...) E daí eu pensei na necessidade de eu ter minha renda. Daí eu tive a ideia de começar a fazer coisas para vender, de fazer em casa e levar para a cidade, vender tudo o que eu fazia. Daí comecei a pão, fazer bolacha e coisas de horta. Levava e vendia e foi indo e foi passando o tempo. Aí isso ajudou na estrutura familiar, porque daí com esse dinheiro que entrava dessas vendas, sobrava o produto que o meu marido colhia para comprar as terras do irmão. E foi assim que ele conseguiu comprar toda a terra. (...) Eu trabalhava direto de domingo a domingo e levantava sempre de madrugada (E1).

Uma das entrevistadas aponta que, no contexto do sindicato rural, a participação das mulheres tende a intensificar sua sobrecarga de trabalho:

o homem chega em casa, almoça e volta. Nós, para poder participar, nós dobramos a nossa jornada de trabalho, porque a mulher quando vem na reunião, ela deixa o pão, o almoço feito, roupa lavada,

ela trabalha o dobro um dia antes e o dobro o dia depois da reunião, para poder compensar. O homem, não, ele sai de casa, deixa tudo lá e a mulher toma conta, na maioria dos casos (E3).

Essas situações revelam também as relações precarizadas, na qual as mulheres não têm tempo para si mesmas, para o descanso, lazer e cuidados da saúde.

Tema 2: A violência doméstica como mecanismo de controle e manutenção do trabalho feminino

As violências psicológica e moral como tentativa de fragilizar a autoestima da mulher

Entre os relatos das entrevistadas, apareceram expressões de violências nas quais destacam-se as violências psicológicas e moral. Ademais, o fato de ocorrerem em famílias vistas como “estruturadas” faz com que os acontecimentos permaneçam velados. O uso da violência psicológica e moral por parte do parceiro aparece como uma tentativa de enfraquecer a autoestima da mulher e isolá-la, mantendo-a sob sua égide. Dessa maneira, essa dinâmica dificulta a busca de independência da mulher:

a primeira vez que a gente saía e começava a trabalhar, a gente não achava jeito. (...) E gente ouvir todos os dias de uma pessoa: “tu não presta”, “tu é isto e aquilo”, que a gente vai tanto ouvindo isso, a gente acaba entrando naquela coisa de eu não presto mesmo, eu sou isso ou aquilo, é verdade (E2).

Em muitos casos, a mulher tem marcas profundas de uma vida vivida sob forte controle do parceiro, que se expressa pela privação de acesso a espaços públicos, financeiros e de decisão, configurando o que se pode compreender como violência psicológica e simbólica que demarca um lugar de submissão feminina e até mesmo uma certa infantilização:

o que eu passei, quando eu fiquei sozinha, eu nunca fui no banco, nunca com meu marido, nunca ele me levou no banco. Eu nunca fui numa loja sozinha. Eu nunca recebi o dinheiro de leite, ele me comprava uma roupa, sem eu tá junto, nada. Sabe o que que é nada? Se ele ia eu ia atrás. Não tenho vergonha de contar (E4).

Ela também fala de sua superação e de como reconstruiu, não sem dificuldades, seu lugar no mundo social, assumindo tarefas básicas da vida cotidiana que antes lhe eram negadas, mas isso só foi possível depois de sua separação: “hoje eu vou no banco, eu recebo, pago conta, faço rancho [compras do mês], pago luz, vou no mercado, vou no médico, tudo eu faço, mas eu sofri, sofri muito até pegar o pique do negócio” (E4). É relevante destacar que ambas as entrevistadas relataram vivências associadas à depressão, bem como sentimentos recorrentes de tristeza e solidão.

A violência econômica que tenta manter o controle da mulher

Foi comum o relato de uso da violência econômica, aliada às ameaças por parte do parceiro na tentativa de manter a mulher no relacionamento, como se ela não tivesse outra opção em sua vida:

eu fazia queijo, eu fazia 1.200 [reais] por mês, isso seis anos atrás, que eu tirava leite. Entregava todo final de semana, mas o dinheiro não vinha para mim, ia para o bolso dele. (...) E se mexesse na carteira, [ele] virava bicho. Então eu evitava (E5).

Ademais, o parceiro mantinha a família com o mínimo necessário:

nós [mulher e filhos] só tinha a comida. Fiquei 20 anos casada e ganhei duas calças dele. Ele nunca me deu um dinheiro: “óh, mulher, vai lá e compra uma roupa pra ti”, nunca. Ele dizia assim, quando eu dizia “eu vou embora”, “vai, comida é cara, ninguém vai te dar”. Mas, meu Deus, eu não ganho a comida, eu trabalho para mim e para meus filhos (E5).

A falta de “opção” não diz respeito apenas ao desejo da mulher, mas à estrutura que limita suas possibilidades: não há recursos, nem redes de apoio, nem políticas públicas eficazes que garantam alternativas àquela vida. A estrutura do sistema patriarcal faz com que a violência seja naturalizada reforçando um sentimento de impotência coletiva:

mas ela [a tia] também não tinha opção, não tinha para onde ir, ela tinha que ficar com ele. Ela não tinha dinheiro, não tinha nada. O básico dentro de casa, fogão a lenha, as coisas básicas. Então não tem. Tem que ficar. (...) E tem muita mulher que sofre, que eu sei que sofre com o marido, não tem opção. E é isso (E1).

“Essa dor que você sente é falta de serviço” – a desvalorização da dor feminina e a ausência de cuidado

Quando a dor física, o excesso de trabalho e a negligência do parceiro se entrelaçam de maneira cruel, configura-se um cenário de abandono afetivo e estrutural, sustentado pela desvalorização da dor feminina e pela negação do direito ao cuidado. Aqui se evidencia um mecanismo clássico da violência simbólica e psicológica: a dor da mulher é deslegitimada e transformada em acusação. A ausência dos cuidados pelo parceiro, especialmente da saúde da esposa, acentua o abandono, o isolamento emocional e revela a naturalização da indiferença masculina diante da saúde da mulher. O mesmo que a isolou da convivência familiar, não provê o mínimo:

tive problema do coração (...) Saber que eu trabalhava 12 horas por dia, que eu trabalhava até meio dia em casa, fazia tudo. E de tarde eu fazia o serviço na lavoura. O meu ex-marido, que falava que era falta de serviço, nunca deixava eu ir ao médico. Ele dizia, ‘essa dor que tu tem no peito, isso aí é falta de serviço’. (...) Sempre encarei sozinha. Até no médico, quando eu ia, porque eu tenho um problema de coluna, eu nunca contei com ele [ex-marido]. Nunca me levou num médico. Nada, nada, nada. Nunca foi de dizer: ‘eu vou lá contigo’, nunca. Eu tirei meu útero, ele não me acompanhou. Eu dei alta sozinha e fui pra casa sozinha (E5).

Destaca-se a hierarquia do parceiro, na figura de “patrão” que determina e avalia o ritmo do trabalho, o quanto este é suficiente, não respeitando as condições do trabalho e quem o executa. Evidenciam-se, assim, as relações entre o trabalho rural precarizado, a violência e os processos de adoecimento que incidem diretamente sobre a saúde das mulheres.

Discussão

As mulheres rurais entrevistadas relataram diversas violências vivenciadas em seu cotidiano de vida e trabalho. Quando as mulheres que vivem em áreas rurais não têm um reconhecimento de suas atividades laborais como um trabalho essencial e produtor de capital, impõem-se uma invisibilidade e um apagamento que destroem sua autoestima, tornando-as dependentes de seus parceiros. As inúmeras atividades por elas realizadas, além de intermináveis, as envolvem de tal forma que impedem sua participação social. A desvalorização da sua dor e o excesso de trabalho se agregam à negligência afetiva do parceiro no cuidado de sua saúde e bem-estar.

Os “intermináveis” trabalhos exercidos pelas mulheres, e aqui, especificamente, as mulheres que vivem em áreas rurais, com pouco ou nenhum retorno financeiro as coloca como “servas” de seu companheiro, num lugar ausente de prestígio social⁴. A invisibilidade do trabalho das mulheres rurais era tamanha que as deixavam à margem de seus direitos sociais, como aposentadoria, auxílio-maternidade, documentação pessoal e profissional. A partir dos anos 1980, os movimentos feministas rurais realizaram campanhas para que as mulheres rurais passassem a se reconhecer como “trabalhadoras rurais” e não mais como “donas de casa”. Outras campanhas importantes foram

pelo direito à previdência social, benefício efetivamente conquistado em 1991¹⁶, e a de documentação pessoal e profissional com a campanha “Nenhuma trabalhadora rural sem documentos” que orientava como fazer os documentos necessários, como os blocos, para que as mulheres tivessem acesso a seus direitos trabalhistas e previdenciários¹⁷⁻¹⁹.

Ao longo dos anos, os movimentos feministas rurais foram conquistando e ainda lutam para garantir políticas públicas de financiamento voltadas às mulheres rurais, programas e direitos sociais²⁰. Porém, como podemos observar a partir dos relatos das mulheres, o reconhecimento e a conquista de seus direitos estão sob ameaça dentro de suas próprias casas. A relação desigual entre homens e mulheres dentro da relação marital ancorada no patriarcado e capitalismo coloca a figura do marido como “patrão” que se apropria da produção, da força de trabalho e que controla a autonomia e a sexualidade feminina²¹. Esse lugar feminino nas atividades, assim como aparece nas entrevistas, inicia desde a infância. As meninas colaboram desde cedo nas atividades domésticas ao lado de suas mães, assim como seus irmãos, no trabalho agrícola com o pai²². Dessa maneira, cada membro da família, à medida que cresce, assume as responsabilidades dentro dos trabalhos aprendidos. Esse aprendizado vai repercutir mais tarde no privilégio dos filhos homens na transmissão da terra, sob a alegação de que eles “entendem” do trabalho agrícola. Este fato contribui para que as filhas migrem para as cidades em busca de trabalho. Por mais que se tenha o reconhecimento legal de que todos os filhos(as), independentemente do sexo, têm direito à herança, esses arranjos internos acontecem. Por exemplo, o pai passando a terra para os filhos, ou as filhas vendendo sua parte para os irmãos, pois também existe um desinteresse por parte das mulheres em assumir a terra, desinteresse previamente motivado pela não inserção da mulher nas atividades de trabalho e administração agrícola^{5,23}.

As entrevistadas enfatizaram a questão econômica, além do fato de não terem dinheiro próprio, de não poderem fazer suas próprias escolhas. Ficou evidente a questão de as mulheres estarem sob a “tutela” do parceiro, num processo de infantilização, que lhes negava a possibilidade de escolha de suas próprias roupas. Essa “infantilização” é histórica e esteve muitos anos amparada em leis que colocavam as mulheres sob controle masculino³. No Brasil, por exemplo, o Código Civil de 1916 atribuía às mulheres a condição de incapacidade civil relativa, restringindo-lhes o pleno exercício de seus direitos. A gestão de seu patrimônio era conferida ao marido, e a celebração do casamento dependia da autorização de figuras masculinas da família, como o pai ou os irmãos²⁴. Ainda que tal legislação tenha sido formalmente revogada, suas marcas persistem no imaginário social e nas dinâmicas relacionais, especialmente naquelas que reafirmam a centralidade masculina e a manutenção de relações assimétricas de poder.

Nesse sentido observou-se, a partir das falas das entrevistadas, um sentimento de solidão, além da humilhação em ter que pedir dinheiro ou esperar a boa vontade do parceiro em lhes regalar o básico, como roupas e alimentos. Entre as falas, o “ser sozinha” para administrar o trabalho sem nunca ter participado de nenhuma decisão e ter que ir pela primeira vez a um banco; para pensar em soluções de autonomia econômica para sua vida e ter que trabalhar de “domingo a domingo” para dar conta de tudo; para lutar pela própria saúde em meio ao abandono afetivo e de cuidados por parte do parceiro, perpetuando assim as desigualdades estruturais que historicamente persistem nos territórios rurais²⁵. Essa solidão imposta fez com que as entrevistadas demorassem mais tempo para se organizarem, rompessem com o relacionamento violento e conquistassem seu espaço e autonomia. Percebe-se como a violência simbólica, ou seja, esse mecanismo de dominação naturalizado nas relações sociais, especialmente nas de gênero, operou de forma eficaz e invisível na vida dessas mulheres. Essa violência simbólica não se restringe a atos explícitos de agressão física, mas está inscrita nas normas culturais, nos discursos e nas práticas cotidianas que legitimam e reproduzem a desigualdade de gênero. Nesse contexto, a mulher tende a ser afastada dos espaços de participação social e política, tendo sua autonomia comprometida enquanto sujeito histórico e político²⁶. Assim, *“a subordinação do trabalho reprodutivo ao produtivo está vinculada às relações de dominação de gênero, que subalternizam simbólica e materialmente as mulheres e suas atividades, áreas e dimensões da vida social e tempos pessoais a elas associadas”* (p. 50)²⁷.

Cumpramos acrescentar aqui a violência doméstica, que, segundo Federici²⁸, é parte essencial para controle e manutenção do trabalho feminino. Para a autora, o capitalismo confere ao homem o controle e disciplina do trabalho feminino, ou seja, é ele que determina se o trabalho está bem-feito, se é suficiente. De forma adicional, ele conta com a tolerância social, ainda existente, para “disciplinar” seus subalternos, esposa e filhos, num processo de silenciamento dessas violências. Assim, o parceiro mantém a mulher sob ameaça e isolada socialmente, gerando

para si força de trabalho e capital. Quando uma das entrevistadas relata ao parceiro que não se sente bem de saúde e ouve que a dor que sente é “falta de serviço” retrata uma violência imensurável, que deslegitima sua dor e ainda a acusa de não querer trabalhar. É fundamental perceber que em toda a dinâmica de dominação, não importa o quanto as mulheres trabalhem, elas nunca podem reclamar, pois, afinal de contas, “quem traz o dinheiro para casa é o homem”. O capital legitima a autoridade masculina. Ademais, o mecanismo de “inversão da culpa” é amplamente utilizado para responsabilizar a mulher pelos conflitos, como “não mexer na carteira” do parceiro, vivendo num clima de tensão contínua²⁹.

Nesse contexto de violência, sobrecarga de trabalho e ruralidade, a saúde física e mental das mulheres é diretamente afetada, configurando uma realidade vivenciada por mulheres de áreas rurais em diferentes países³⁰. Para Molina³¹, a interseccionalidade, o gênero e os feminismos constituem bases analíticas centrais para a compreensão das desigualdades que incidem sobre a saúde, o trabalho e os modos de vida das mulheres rurais. Nesse sentido, o patriarcado e o capitalismo operam como estruturas que produzem e aprofundam danos à saúde dessas mulheres. Não se trata apenas de identificar e medicar mulheres em sofrimento psíquico ou físico sob uma perspectiva biomédica, mas de compreender os fatores estruturais, laborais e contextuais que produzem esse adoecimento.

Conclusão

O presente estudo evidenciou as interseções entre violência e trabalho no cotidiano de mulheres que vivem em áreas rurais. As dimensões de gênero, aliadas às atividades domésticas, de cuidado e ao trabalho agrícola, mostram-se profundamente imbricadas, resultando em sobrecarga e exploração dessas mulheres por seus próprios parceiros que agem como “patrões” do trabalho rural. Nesse cenário, as violências doméstica e simbólica operam como mecanismos estruturantes, funcionando como um “nó” que articula e sustenta essas relações desiguais, contribuindo para a manutenção da subjugação feminina no interior das lógicas patriarcais e capitalistas. Ademais, a violência e a sobrecarga de trabalho repercutem negativamente na saúde física, emocional e reprodutiva dessas mulheres, sendo agravadas pela precarização do trabalho rural, pelas relações abusivas com seus parceiros e pelas dificuldades de acesso aos serviços de saúde. Diante disso, é imprescindível o fortalecimento de políticas públicas voltadas às mulheres que vivem e trabalham em áreas rurais, considerando suas especificidades e necessidades, de modo a promover a autonomia econômica e, para além da geração de renda, ampliar sua capacidade de realizar escolhas, valorizar seu trabalho e fortalecer sua autoestima.

Referências

1. Melo HP, Castilho M. Trabalho reprodutivo no Brasil: quem faz? *Rev Econ Contemp*. 2009;13:135-58. <https://doi.org/10.1590/S1415-98482009000100006>
2. Sousa LPD, Guedes DR. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. *Estud Av*. 2016;30:123-39. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142016.30870008>
3. Federici S. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante; 2017.
4. Davis A. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo; 2016.
5. Brumer A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. *Rev Estud Fem*. 2004;12(1):205-27. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2004000100011>
6. Herrera KM. Da invisibilidade ao reconhecimento: mulheres rurais, trabalho produtivo, doméstico e de care. *Polít Soc*. 2016;15:208-33. <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2016v15nesp1p208>
7. Moraes LL, Pontes NLMT, Sieber SS, Funari J, Nascimento NMS, Marques PL. Metodologias, trabalho e uso do tempo: compreendendo a rotina de mulheres rurais. In: Melo HP, Moraes LL, organizadores. *A arte de tecer o tempo: perspectivas feministas*. Campinas: Pontes; 2021. p. 171-206.
8. Conte II, Calaça M, Taborda NW. Divisão sexual do trabalho. In: Mezdari AM, Cima JJ, Taborda NW, Gaspareto SAK, Collet Z, organizadores. *Feminismo camponês popular: reflexões a partir de experiências no movimento de mulheres camponesas*. São Paulo: Outras Expressões; 2020. p. 123-32.

9. Mezadri AM, Cima JI, Taborda NW, Gaspareto SAK, Collet Z, organizadores. *Feminismo camponês popular: reflexões a partir de experiências do movimento das mulheres camponesas*. São Paulo: Outras Expressões; 2020.
10. Brasil. Lei Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a lei de execução penal; e dá outras providências. *Diário Oficial União*. 7 ago. 2006.
11. Souza RM. *O lugar das mulheres camponesas na luta pelo acesso à previdência social em anos recentes*. Brasília: Universidade de Brasília; 2024.
12. Ministério da Saúde (BR). *Tecendo a saúde das mulheres do campo, da floresta e das águas: direitos e participação social*. Brasília, DF: Ministério da Saúde; 2014.
13. Debert GG. Problemas relativos à utilização da história de vida e história oral. In: Duham ER, organizador. *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1988. p. 141-56.
14. Becker HS. A história de vida e o mosaico científico. In: Becker HS. *Métodos de pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Hucitec; 1993. p. 101-15.
15. Braun V, Clarke V. Using thematic analysis in psychology. *Qual Res Psychol*. 2006;3(2):77-101. <https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>
16. Brasil. Lei Nº 8.213 de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. *Diário Oficial União*. 24 jul 1991.
17. Deere CD. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. *Rev Estud Fem*. 2004;12:175-204. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2004000100010>
18. Movimento das Mulheres Camponesas. *Cartilha feminismo camponês e popular*. Passo Fundo: Associação Nacional de Mulheres Camponesas; 2018 [citado 21 mar 2026]. Disponível em: <https://mmcbrazil.org/livros-e-cartilhas/>
19. Santos DE, Zimmermann SA. O movimento de mulheres camponesas na construção do feminismo camponês popular: protagonismo feminino, práticas feministas e história de luta. *Norus*. 2019;7(11):269-99. <https://doi.org/10.15210/norus.v7i11.17051>
20. Santos TGD, Isaguirre KR, Vasconcelos ALM. Somos mulheres trabalhadoras rurais: da invisibilização ao reconhecimento de direitos previdenciários e da cidadania. *Rev Bras Dir Soc*. 2022;5(1):65-87.
21. Táboas IM. *É luta! Feminismo camponês e popular e enfrentamento à violência*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris; 2021.
22. Muñoz-Madrid LP. Aproximación a experiencias de cuidados y trabajo no remunerado de mujeres residentes en territorios rurales de las regiones de Antofagasta y Los Ríos, Chile. *Prospectiva*. 2025;39:1-28. <https://doi.org/10.25100/prts.v0i39.14272>
23. Aguiar VVP. Mulheres rurais, movimento social e participação: reflexões a partir da marcha das margaridas. *Polit Soc*. 2016;15:261-95. <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2016v15nesp1p261>
24. Brasil. Decreto-lei Nº 3.071, de 1 de janeiro de 1916. Institui o código civil dos Estados Unidos do Brasil. *Diário Oficial União*. 1 jan 1916.
25. Yumbla Mantilla MR. Fuerza de trabajo femenina en la agricultura de exportación de brócoli en la provincia de Cotopaxi. *Ecuador Debate*. 2015;94:131-44.
26. Soihet R. Violência simbólica: saberes masculinos e representações femininas. *Rev Estud Fem*. 1997;5(1):7-30.
27. Bandeira L, Preturlan RB. As pesquisas sobre uso do tempo e a promoção da igualdade de gênero no Brasil. In: Fontoura N, Araújo C, organizadores. *Uso do tempo e gênero*. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro; 2016. p. 43-60.
28. Federici S. *Caça às bruxas e capital: mulheres, acumulação, reprodução*. São Paulo: Elefante; 2025.
29. Hirigoyen MF. *A violência no casal: da coação psicológica à agressão física*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; 2006.
30. Beserra L, Hennington EA, Pignatti MG. Condições de trabalho e saúde de trabalhadoras rurais: uma revisão integrativa. *Saúde Debate*. 2023;47:298-315. <https://doi.org/10.1590/0103-1104202313721>
31. Molina PC. Desigualdad y transgresión en mujeres rurales chilenas: lecturas desde la interseccionalidad, género y feminismo. *Psicoperspectivas*. 2017;16(2):125-37. <https://doi.org/10.5027/psicoperspectivas-vol16-issue2-fulltext-1050>

Informações sobre trabalho acadêmico: Baseado na tese de doutorado de Luciane Stochero, intitulada “Entre dados e histórias de vida: (rompendo) o silenciamento da violência contra mulheres que vivem em contextos rurais”, defendida em 21 de março de

2024, no Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, da Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, RJ.

Agradecimentos: Ao Programa de Pós-Doutorado Júnior da Vice-Presidência de Pesquisa e Coleções Biológicas (VPPCB), da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Contribuições de autoria: Stochero L, Bernardino M, Pinto LW contribuíram na concepção do estudo; na coleta, análise e interpretação dos dados; na redação e revisão crítica do manuscrito. As autoras aprovaram a versão final e assumem responsabilidade pública integral pelo trabalho realizado e o conteúdo publicado.

Disponibilidade dos dados: Os dados não estão disponíveis publicamente, pois seu uso é restrito à pesquisa cujo protocolo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa.

Declaração sobre o uso de inteligência artificial: As autoras declaram que não foram utilizadas ferramentas de inteligência artificial para a elaboração do artigo.

Financiamento: As autoras declaram que o estudo foi financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) (código 001), Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), Bolsa Doutorado Nota 10 - nº do processo: E-26/202.343/2022.

Conflitos de interesses: As autoras declaram que não há conflitos de interesses.

Apresentação do estudo em evento científico: As autoras informam que o estudo não foi apresentado em evento científico.

Recebido: 23/07/2025

Revisado: 18/12/2025

Aprovado: 19/12/2025

Editoras responsáveis:

Leila Posenato Garcia 

Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança
e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO

Lúcia Rotenberg 

Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz

Tânia Maria de Araújo 

Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS